

ARTIGO

**CRÍTICA TOTAL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DEPENDÊNCIA E DUALIDADE
ACADÊMICA**

JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2667-0371>

<joaodosreissilvajr@gmail.com>

EVERTON HENRIQUE ELEUTÉRIO FARGONI¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7536-9126>

<evertonfargoni@gmail.com>

¹ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), Brasil.

RESUMO: Este artigo propõe uma articulação teórica inédita entre a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Crítica da Razão Dualista para analisar a crise estrutural da universidade pública nos países periféricos. Argumenta-se que a universidade não é apenas vítima do capitalismo dependente, mas um de seus dispositivos mais sofisticados de reprodução da desigualdade. A partir da categoria de superexploração do trabalho (TMD) e da crítica à modernização disforme (razão dualista), evidencia-se que a dualidade institucional da universidade — excelência para poucos, precariedade para muitos — é estratégia funcional do capital, e não desvio. O texto analisa a financeirização da vida acadêmica, o esgotamento docente e a captura simbólica do conhecimento, sugerindo que resistir é mais do que preservar: é reinventar a universidade desde o comum. Ao final, defende-se uma crítica total — não moralista, mas comprometida com a insubordinação das formas de vida e pensamento na periferia.

Palavras-chave: Capital Fictício; Crítica da Razão Dualista; Dualidade Institucional; Superexploração; Teoria Marxista da Dependência.

TOTAL CRITICISM OF PUBLIC UNIVERSITIES: DEPENDENCY AND ACADEMIC DUALITY

ABSTRACT: This article proposes an unprecedented theoretical articulation between Marxist Dependency Theory (MDT) and the Critique of Dualistic Reason to analyze the structural crisis of public universities in peripheral countries. It argues that the university is not just a victim of dependent capitalism, but one of its most sophisticated devices for reproducing inequality. Based on the category of the super-exploitation of labour (TMD) and the critique of deformed modernization (dualist reason), it is shown that the institutional duality of the university - excellence for the few, precariousness for the many - is a functional strategy of capital, and not a deviation. The text analyzes the financialization of

academic life, teacher burnout and the symbolic capture of knowledge, suggesting that resisting is more than preserving; it is reinventing the university from the ordinary. In the end, a total critique is advocated - not moralistic, but committed to the insubordination of forms of life and thought on the periphery.

Keywords: Critique of Dualistic Reason; Fictitious Capital; Institutional Duality; Marxist Dependency Theory; Superexploitation.

CRÍTICA TOTAL DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA: DEPENDENCIA Y DUALIDAD ACADÉMICA

RESUMEN: Este artículo propone una articulación teórica sin precedentes entre la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) y la Crítica de la Razón Dualista para analizar la crisis estructural de las universidades públicas en los países periféricos. Sostiene que la universidad no es sólo una víctima del capitalismo dependiente, sino uno de sus dispositivos más sofisticados para reproducir la desigualdad. A partir de la categoría de la superexplotación del trabajo (TMD) y de la crítica de la modernización deformada (razón dualista), se demuestra que la dualidad institucional de la universidad -excelencia para unos pocos, precariedad para muchos- es una estrategia funcional del capital, no una desviación. El texto analiza la financiarización de la vida académica, el agotamiento del profesorado y la captura simbólica del conocimiento, sugiriendo que resistir es más que preservar: es reinventar la universidad desde lo ordinario. Al final, aboga por una crítica total, no moralista, sino comprometida con la insubordinación de las formas de vida y pensamiento en la periferia.

Palabras clave: Capital Ficticio; Crítica de la Razón Dualista; Dualidad Institucional; Superexplotación; Teoría Marxista de la Dependencia

INTRODUÇÃO

Há tempo, quando a universidade pública parece dilacerada entre sua história e seu presente, entre a utopia da emancipação e a realidade precária, mas uma pergunta insiste: como compreender essa instituição que, ao mesmo tempo, forma e deforma, inclui e exclui, promete e frustra? Este texto é reflexão: nasce da tentativa de enfrentar essa pergunta a partir de duas tradições teóricas que, embora nascidas em tempos difíceis na América Latina, com vocabulários distintos, convergem no diagnóstico da modernização regressiva da periferia capitalista: a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Crítica da Razão Dualista. Mais do que um confronto entre conceitos, este é um gesto atravessado por afeto e rigor, movido pela urgência de compreender a universidade como sujeito histórico de uma ordem que produz e sustenta a dependência. Não se trata de concebê-la como vítima, mas como agente participante de um sistema que reproduz desigualdades e esvazia o sentido do pensamento, reduzindo o trabalho intelectual à sombra da acumulação.

A articulação entre a Teoria Marxista da Dependência e a Crítica da Razão Dualista permite desvelar que a crise da universidade pública nos países periféricos não é um episódio contingente, nem uma distorção sanável por boas gestões ou reformas administrativas. É, antes, um dispositivo orgânico do capitalismo dependente, no qual as formas institucionais da universidade se conformam à lógica da

superexploração e à reprodução calculada da desigualdade, fazendo do conhecimento um instrumento de legitimação das hierarquias que sustentam o próprio sistema que a aprisiona.

A TMD, ao identificar na superexploração o motor da acumulação nas margens do sistema, mostra como o trabalho intelectual também se inscreve nessa lógica, especialmente quando a formação, a pesquisa e a docência se tornam mercadorias sob o controle do capital financeiro. Já a Crítica da Razão Dualista, ao revelar que a coexistência entre excelência e precariedade não é falha, mas estratégia, demonstra como a universidade naturaliza sua própria cisão institucional, legitimando-a sob o manto da modernização tecnocrática.

Ambas as tradições convergem, assim, para um diagnóstico que é ao mesmo tempo estrutural e simbólico. A universidade não apenas funciona dentro da lógica da dependência, ela ajuda a organizá-la, a racionalizá-la e a reproduzi-la. O professor que se multiplica em funções, que escreve projetos em série, que presta contas por meio de indicadores que pouco dizem sobre o valor do que produz, está inserido num sistema de exploração do trabalho que opera segundo as leis da dependência capitalista. E é justamente a institucionalidade dualista que permite que essa superexploração seja vivida como vocação, como sacrifício nobre, como escolha individual. A razão dualista, neste ponto, converte a violência estrutural da universidade em moral de desempenho, em ética da renúncia, em elogio da excelência.

Articular essas duas perspectivas é mais do que estabelecer um paralelo: é produzir um novo campo analítico, capaz de tratar a universidade como totalidade contraditória, onde a acumulação de capital e a dominação simbólica se entrelaçam. Essa operação crítica não apenas ilumina os mecanismos ocultos de reprodução da desigualdade no interior da universidade, mas também aponta para os limites das reformas que se recusam a enfrentar a forma institucional da dependência. A crise universitária, vista por essa lente, não se resolve com eficiência, com empreendedorismo, nem com inovação pedagógica. Ela exige um deslocamento epistemológico radical — uma crítica total.

A aproximação entre a Teoria Marxista da Dependência e a leitura crítica da razão dual revela que o colapso da universidade pública na periferia do capitalismo não é um acidente de percurso, tampouco resultado de equívocos administrativos, mas desvela um mecanismo histórico de subordinação do conhecimento aos imperativos do capital. Ela é expressão de uma racionalidade perversa, que combina modernização técnica com regressão social, excelência com precariedade, ciência com mercadoria. Trata-se de uma forma específica de racionalidade capitalista que exige a desigualdade como condição de eficiência, e que transforma o conhecimento em ativo reputacional, o docente em gestor de si mesmo, e o estudante em consumidor endividado de promessas de futuro.

Desde a década de 1970, quando Francisco de Oliveira publicou seu ensaio inaugural — "Crítica à razão dualista" — e Ruy Mauro Marini consolidava a TMD em obras como "Dialéctica de la dependencia", as duas tradições caminharam em paralelo, compartilhando diagnósticos, mas sem se

cruzarem em uma articulação teórica sistemática. A literatura latino-americana, por vezes ricas em diagnósticos contundentes sobre a crise do desenvolvimento, raramente ousou reunir esses dois corpos conceituais como partes de uma mesma anatomia crítica da dependência. Levantamentos em bases como SciELO, RedALyC, CAPES e JSTOR confirmam a lacuna: não há, até o presente, qualquer obra que opere com ambas as categorias — superexploração e dualidade institucional — de maneira integrada e comprometida com a construção de uma ontologia crítica da universidade periférica.

O que examinamos é a interlocução de Oliveira (2023) com a realidade, limitam-se a apontamentos parciais. Autores fundamentais como Jaime Osorio (2014), Jorge Veraza (2008), Leda Paulani (2008) e Eleutério Prado (2023) atualizam as categorias de suas respectivas tradições, mas sem cruzamentos conceituais explícitos. Ainda que os estudos de Frigotto (2010) e Sguissardi e Silva Júnior (2009) tenham avançado na crítica à mercantilização da educação e à precarização docente, tampouco constroem pontes entre a crítica da razão institucional e a anatomia da dependência. A ausência de tal articulação teórica revela um vazio que este texto deseja, com humildade e firmeza, ajudar a preencher.

A articulação entre a Teoria Marxista da Dependência e a Crítica da Razão Dualista permite desvelar que a crise da universidade pública nos países periféricos não é um episódio contingente, nem uma distorção sanável por boas gestões ou reformas administrativas. É, antes, um dispositivo orgânico do capitalismo dependente, no qual as formas institucionais da universidade se ajustam à lógica da superexploração da força de trabalho e à reprodução calculada da desigualdade, convertendo o conhecimento em instrumento de legitimação das hierarquias que mantêm intacta a ordem que a submete.

A Teoria Marxista da Dependência, ao reconhecer na superexploração a força que sustenta a acumulação nas margens do sistema, evidencia como o trabalho intelectual é tragado por essa lógica de dominação, onde ensinar, pesquisar e formar passam a obedecer ao valor ditado pelo capital financeiro. A Crítica da Razão Dual, ao desvendar que a convivência entre excelência e miséria acadêmica não constitui erro, mas método, mostra que a universidade aprendeu a administrar sua própria fratura, convertendo a desigualdade em aparência de modernidade e submetendo o conhecimento ao fetiche da eficiência e da meritocracia.

Ambas as tradições convergem, assim, para um diagnóstico que é ao mesmo tempo estrutural e simbólico. A universidade não apenas funciona dentro da lógica da dependência, ela ajuda a organizá-la, a racionalizá-la e a reproduzi-la. O professor que se multiplica em funções, que escreve projetos em série, que presta contas por meio de indicadores que pouco dizem sobre o valor do que produz, está inserido num sistema de exploração do trabalho que opera segundo as leis da dependência capitalista. E é justamente a institucionalidade dualista que permite que essa superexploração seja vivida como vocação, como sacrifício nobre, como escolha individual. A razão dualista, neste ponto, converte a violência estrutural da universidade em moral de desempenho, em ética da renúncia, em elogio da excelência.

Articular essas duas perspectivas é mais do que estabelecer um paralelo: é produzir um novo campo analítico, capaz de tratar a universidade como totalidade contraditória, onde a acumulação de capital e a dominação simbólica se entrelaçam. Essa operação crítica não apenas ilumina os mecanismos ocultos de reprodução da desigualdade no interior da universidade, mas também aponta para os limites das reformas que se recusam a enfrentar a forma institucional da dependência. A crise universitária, vista por essa lente, não se resolve com eficiência, com empreendedorismo, nem com inovação pedagógica. Ela exige um deslocamento epistemológico radical — uma crítica total.

Em tempos em que a universidade pública parece dilacerada entre sua história e seu presente, entre o desejo de emancipação e a realidade da precariedade, uma pergunta insiste e se repete em corredores, reuniões pedagógicas e silêncios insuportáveis: como compreender essa instituição que, ao mesmo tempo, forma e deforma, inclui e exclui, promete e frustra, acolhe e abandona? Não se trata apenas de um impasse institucional, mas de uma angústia histórica, enraizada na experiência concreta de docentes, estudantes e técnicos que vivem a universidade como espaço de potência e ferida. A presente reflexão nasce da tentativa de enfrentar essa pergunta por dentro, com o corpo e com a teoria, a partir de duas tradições críticas que, embora originadas em contextos distintos, convergem na análise das estruturas perversas da modernização periférica: a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Crítica da Razão Dualista.

Essa aproximação não é fortuita. É fruto de anos de acúmulo, leitura e escuta de um mal-estar que não encontra tradução nas categorias liberais de crise, reforma ou excelência. A crise da universidade não é nova, nem episódica: ela é constitutiva de seu lugar na divisão internacional do trabalho e do conhecimento. A TMD, com sua ênfase na superexploração, e a Crítica da Razão Dualista, com sua denúncia da modernização disforme e da gestão racional da desigualdade, oferecem, juntas, um caminho fecundo para desmontar as engrenagens que naturalizam a precariedade universitária como técnica, como mérito e como destino.

Mais do que uma aproximação conceitual, trata-se de uma investigação crítica e sensível, guiada pela urgência de compreender a universidade não como sujeito passivo, mas como componente ativo da arquitetura que sustenta a dependência. É uma leitura que reconhece, ao mesmo tempo, como território de contradições e como espaço de disputa pela construção do comum, onde o conhecimento ainda resiste à sua própria captura. A universidade encontra-se atravessada por forças opostas que se manifestam na retórica dos editais, nas métricas de produtividade, nas relações pedagógicas e nas promessas incompletas do diploma. Pensar sob a luz da Teoria Marxista da Dependência e da Crítica da Razão Dual é afirmar que esse sofrimento institucional não é natural nem inexorável, e que exige ser nomeado com rigor teórico e responsabilidade ética.

O NÚCLEO TEÓRICO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: CATEGORIAS, RUPTURA E ATUALIZAÇÕES

A Teoria Marxista da Dependência constitui uma inflexão histórica e epistemológica no interior do marxismo latino-americano. Ela nasce do desconforto radical com as explicações etapistas e estruturalistas do subdesenvolvimento e propõe, com coragem teórica, que a dependência não é exterior ao capitalismo, mas sua forma específica de reprodução nas margens do sistema mundial. Essa formulação rompe com as leituras que viam o atraso como resíduo do passado e afirma que a dependência é uma lógica presente e operante, que organiza a economia, o Estado e a vida social nas formações periféricas.

A superexploração da força de trabalho é a categoria central dessa tradição. Em sua formulação clássica, Ruy Mauro Marini (1973) afirma que, ao contrário das formas usuais de extração de mais-valia, nos países dependentes o capital precisa ir além do tempo necessário de trabalho e impor níveis de intensidade, extensão e rebaixamento salarial que tornam o trabalho humano sistematicamente desvalorizado. Essa superexploração não é um erro de percurso, mas um modo de funcionar do capitalismo em regiões subordinadas: condição de sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

Vânia Bambirra (1978), ao desenvolver a ideia de heterogeneidade estrutural, aprofunda essa concepção, ao mostrar que a coexistência de setores modernos e atrasados não é uma anomalia, mas uma articulação funcional que assegura a continuidade da dependência. Theotônio dos Santos (1978), por sua vez, elabora uma teoria do Estado dependente como mediador das exigências do capital internacional, assumindo funções de legitimação, repressão e organização da subalternidade. A dependência, portanto, é totalizante: estrutura o econômico, o político e o ideológico. E o faz não como ausência, mas como presença deformada.

O ponto de maior radicalidade da TMD, porém, está em Marini. Em "Dialéctica de la dependencia", o autor propõe uma teoria original da reprodução do capital na periferia, capaz de articular a dependência como categoria histórica e estrutural. Ele mostra que os mecanismos da exploração são distintos, mas não exteriores, ao modo de produção capitalista: trata-se de uma totalidade articulada por desigualdades internas, cuja funcionalidade se baseia na transferência de valor do trabalho superexplorado dos países dependentes para os centros.

Nas últimas duas décadas, intelectuais como Jaime Osorio (2014), Jorge Veraza (2008), Renildo Souza, Maurício Sabadini, Pedro Rossi e Thiago Santos atualizaram a TMD para o contexto da financeirização, sem abandonar sua matriz estrutural. A lógica do capital fictício, o domínio dos fundos de investimento e a financeirização da vida tornam a superexploração ainda mais intensa e invisível. A dependência, nesse novo cenário, não apenas persiste: se sofisticada. Passa a operar por métricas, tecnologias

de controle, dívida estudantil, e pela conversão do conhecimento em mercadoria abstrata. É a partir dessa renovação crítica que a TMD se mantém como tradição viva e necessária.

É neste ponto que sua articulação com a Crítica da Razão Dualista se torna possível e fecunda. Ambas recusam a ilusão desenvolvimentista e denunciam que a desigualdade estrutural não é falha, mas estratégia. A TMD descreve a anatomia da exploração. A Crítica da Razão Dualista revela sua fisiologia institucional. Juntas, oferecem não apenas categorias para compreender, mas motivos para transformar — e amor para resistir.

A CRÍTICA DA RAZÃO DUALISTA: FORMA INSTITUCIONAL DA DESIGUALDADE E RAZÃO PERVERSA NA PERIFERIA

A Crítica da Razão Dualista, formulada por Francisco de Oliveira em 1972 e reformulada em profundidade no ensaio “O ornitorrinco” (2003), constitui uma das intervenções mais agudas no pensamento social brasileiro. Diferentemente das abordagens que explicavam o subdesenvolvimento como ausência ou resíduo histórico, Oliveira propõe uma chave de leitura radical: a dualidade entre o moderno e o arcaico não é falha ou contradição transitória, mas constituição funcional do capitalismo periférico. O arcaico é mantido para garantir a viabilidade do moderno. A desigualdade não é déficit, mas tecnologia de acumulação. A razão que organiza essa arquitetura é, portanto, uma razão perversa — racionalidade que planeja e legitima a reprodução da desigualdade como se fosse técnica neutra.

Essa razão se corporifica em instituições, dispositivos, formas de governo e arranjos administrativos. Está presente nas políticas públicas que dualizam direitos, nos modelos educacionais que separam excelência de massa, nas formas jurídicas que garantem o privilégio sob o signo da universalidade. Francisco de Oliveira recusa qualquer leitura redentora do Estado nacional-desenvolvimentista e expõe seu papel de gestor da desigualdade. A crítica à razão dualista não é, portanto, um exercício formal de epistemologia, mas denúncia concreta da racionalidade do capital na periferia, que transforma o Brasil — e por extensão, a América Latina — em um ornitorrinco institucional: criatura que sobrevive justamente por ser disforme.

Nos anos 2000, essa crítica foi expandida por Leda Paulani, que identifica na financeirização da economia a recodificação dessa razão dualista. Em *Brasil Delivery* (2008), ela mostra como o Estado brasileiro se transforma em operador da valorização financeira global, gerenciando orçamentos sob as rédeas do sistema da dívida e das agências de risco. Paulani (2016), explicita que o capital fictício não elimina a dualidade estrutural, mas a aprofunda: converte desigualdade em índice de performance, transforma precariedade em flexibilidade, e reconfigura a universidade pública em plataforma de produção de ativos reputacionais. A modernidade periférica é, assim, a modernidade do endividamento e da simulação.

Eleutério Prado (2023) aprofunda essa vertente ao denunciar a transformação do conhecimento em valor de troca. Em obras como *A financeirização da riqueza e o capital fictício e as metamorfoses do trabalho no capitalismo*, Prado explicita como a universidade internaliza a lógica da valorização simbólica do capital. A produção científica passa a ser mensurada por métricas de impacto e convertida em ativo intangível. A lógica da escassez planejada — denunciada por Oliveira — ressurge na forma da competição acadêmica: poucos são valorizados, muitos são descartados. O docente, sob o disfarce da autonomia, torna-se administrador da própria exaustão. A razão dualista não desaparece: muda de linguagem, mas preserva sua essência.

Esse conjunto de contribuições fortalece a hipótese de que a razão dualista é, no século XXI, a racionalidade do capital fictício aplicada às instituições periféricas. O moderno e o arcaico não apenas coexistem: se coproduzem e se legitimam mutuamente. A universidade pública, quando lida a partir dessa chave, revela-se como dispositivo exemplar da dualidade: lugar de excelência e miséria, de produção de conhecimento e de anulação subjetiva, de resistência simbólica e de reprodução sistêmica. É por isso que articular a Crítica da Razão Dualista com a TMD torna-se não apenas possível, mas necessário. A anatomia da exploração e a fisiologia da desigualdade se entrelaçam: não há valor extraído sem forma que o legitime, nem forma institucional sem lógica de exploração por trás.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO LUGAR DE CONVERGÊNCIA ENTRE SUPEREXPLORAÇÃO E DUALIDADE INSTITUCIONAL

Articular a Teoria Marxista da Dependência com a Crítica da Razão Dualista permite compreender a universidade pública não como reduto de autonomia ameaçado por forças externas, mas como mediação central da lógica dependente e da racionalidade dualista que organiza a reprodução social na periferia. Se a TMD revela que o conhecimento é parte da cadeia de transferência de valor — formando quadros para o capital central e adaptando currículos às exigências dos mercados globais — a crítica de Oliveira explicita que essa submissão ocorre por meio de uma institucionalidade disforme que legitima a desigualdade como critério técnico.

O Reuni, os rankings, as métricas de produtividade, as agências de avaliação e o produtivismo acadêmico operam como dispositivos que convertem o trabalho docente em mais-valor simbólico e a universidade em ativo reputacional. A expansão quantitativa do ensino superior, longe de democratizar o acesso, consolida o duplo circuito: centros de excelência com alta densidade de recursos convivem com cursos massificados, subfinanciados e precarizados. Essa convivência desigual não é falha de implementação, mas lógica estrutural da modernização periférica. A excelência se sustenta na precariedade e ambas se reproduzem em nome da eficiência institucional.

O professor, nesse contexto, é figura exemplar da captura: exige-se dele inovação, produtividade, internacionalização, enquanto se lhe nega tempo, condições materiais e reconhecimento subjetivo. Os estudantes, por sua vez, são tratados como clientes ou como matéria-prima a ser lapidada pelas exigências do mercado. A universidade deixa de constituir-se como espaço de criação de conhecimento e passa a funcionar como instrumento da competitividade global, recoberta por métricas e discursos de excelência que disfarçam sua subordinação. Tudo se realiza sob a aparência de neutralidade técnica, meritocracia e administração eficiente, onde a racionalidade instrumental substitui o sentido formativo e ético da vida intelectual.

Essa lógica é o que a Crítica da Razão Dualista nomeia como perversidade racional: uma forma de organização social que transforma desigualdade em critério de eficácia. E é isso também que a TMD desvela como superexploração intelectual e simbólica, na qual o trabalho imaterial passa a operar sob as mesmas formas de exaustão e invisibilidade que historicamente marcaram o trabalho manual na periferia.

A universidade pública, nesse cenário, torna-se o ornitorrinco institucional por excelência: combina excelência e miséria, ciência e submissão, resistência e docilidade, sem jamais permitir que uma dimensão supere ou elimine a outra. Ela funciona assim porque precisa funcionar assim — e é por isso que sua crítica precisa ser total, amorosa e intransigente.

ENTRE O PROJETO CIVILIZATÓRIO E A GESTÃO DA PRECARIIDADE: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade pública brasileira, ao contrário do mito fundador que a apresenta como projeto iluminista de formação das elites dirigentes, emerge e se consolida como instituição hesitante, tardia e estruturada por contradições que são, desde a origem, marcas do capitalismo dependente. Diferente do modelo europeu — onde a universidade ocupou, em diferentes momentos, um papel organizador da cultura nacional e da formação da burocracia estatal —, ou do modelo estadunidense — voltado à articulação entre ciência, capital e inovação tecnológica —, o modelo brasileiro surge sob o signo da importação, da incompletude e da dualidade. Trata-se de uma forma universitária atravessada por tensões fundacionais: entre o Estado patrimonialista e as demandas sociais difusas; entre o projeto civilizatório modernizador e o autoritarismo estrutural das elites; entre a expansão institucional e a restrição do acesso; entre a autonomia proclamada e a dependência orçamentária crônica.

Essa ambiguidade estrutural é inseparável do lugar que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho e do conhecimento. A universidade brasileira não é apenas o resultado de vontades políticas ilustradas ou de disputas corporativas. Ela é mediação institucional de um processo histórico de modernização conservadora (Oliveira, 2003), no qual a adoção de formas institucionais modernas — como a universidade, a justiça, o sistema eleitoral — não visa à transformação estrutural da sociedade,

mas à sua conservação sob novas roupagens. A ideia de universidade, importada tardiamente do modelo europeu, foi nacionalizada como necessidade funcional do Estado oligárquico e, posteriormente, do Estado desenvolvimentista, que precisava formar quadros técnicos sem alterar substancialmente a estrutura de poder e propriedade.

É nessa perspectiva que a universidade brasileira pode ser compreendida como instituição de natureza dupla. De um lado, apresenta-se como promessa civilizatória, voltada à criação de conhecimento, à preservação da razão crítica e à formação de consciências capazes de interrogar o mundo. De outro, atua como mecanismo de reprodução social, disciplinando corpos, regulando trajetórias e convertendo desigualdades históricas em desigualdades educacionais legitimadas. Nesse entrecruzamento, o conhecimento assume o lugar de disputa entre emancipação e submissão, revelando que a universidade é, ao mesmo tempo, abrigo de possibilidades e instrumento de contenção. A coexistência dessas duas dimensões — emancipatória e funcional — não é acidental. Ela constitui a forma brasileira da universidade pública: um ornitorrinco institucional que carrega traços do projeto ilustrado e da lógica da exclusão.

Essa lógica se expressa, historicamente, na formação dual do sistema de ensino superior: universidades federais com vocação de excelência convivem com instituições isoladas, mal financiadas, com cursos noturnos precarizados e acesso limitado à produção científica. Essa dualidade não se limita às instituições: ela penetra as relações de trabalho, os currículos, as formas de avaliação e os próprios sentidos do saber. Cursos de alta seletividade, como medicina, direito e engenharia, funcionam como vitrines do mérito; cursos de licenciatura noturnos, com estudantes trabalhadores, funcionam como políticas compensatórias sem compensação estrutural. Essa cisão reflete, em linguagem universitária, a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente.

Ao longo do século XX, as reformas que ampliaram o sistema — como a Reforma de Capanema na década de 1930, a Reforma Universitária de 1968 e o REUNI a partir de 2007 — não romperam com essa matriz dual, mas a racionalizaram. A Reforma de 1968, influenciada pelo modelo norte-americano, instituiu o produtivismo acadêmico, a departamentalização e a figura do professor-pesquisador como ideal meritocrático, ao mesmo tempo em que manteve a exclusão de amplos setores sociais. Já o REUNI, ao mesmo tempo em que expandiu o acesso e interiorizou o ensino superior, operou por meio de intensificação do trabalho docente, flexibilização dos vínculos e verticalização da gestão acadêmica. Em ambos os casos, a promessa de democratização veio acompanhada da intensificação da precariedade.

O que se vê, portanto, é que a universidade pública brasileira foi, desde o início, convocada a cumprir papéis contraditórios: formar as elites e integrar os pobres, produzir ciência de ponta e ensinar o básico, ser centro de excelência e abrigo da juventude precarizada. Essas demandas, longe de se anularem, estruturam um modelo de universidade que organiza sua desigualdade como critério de

funcionamento. É essa contradição, profundamente enraizada na formação histórica da instituição, que permite compreender por que a universidade pública, ainda hoje, é simultaneamente espaço de transformação e de reprodução da dependência.

A articulação entre a Teoria Marxista da Dependência e a Crítica da Razão Dualista não propõe um mero diálogo entre tradições teóricas distintas, mas uma convocação radical a uma crítica total da universidade em países de capitalismo dependente. Essa crítica total não é síntese apressada nem sobreposição artificial de categorias. É, ao contrário, a construção rigorosa de uma compreensão abrangente que recusa separar o econômico do institucional, o simbólico do material, a forma da substância. Total porque denuncia que a superexploração não se dá apenas no chão da fábrica, mas também nas bibliotecas e salas de aula; total porque mostra que a racionalidade tecnocrática não é neutra, mas instrumento de organização da desigualdade.

O processo de financeirização do ensino superior brasileiro, longe de ser um fenômeno restrito ao setor privado, penetrou de forma estrutural a universidade pública, convertendo-a gradualmente em plataforma de valorização simbólica e de legitimação tecnocrática da desigualdade. A partir dos anos 2000, sobretudo com a intensificação dos processos de avaliação, ranqueamento e internacionalização, a universidade pública passou a operar com dispositivos típicos do capital fictício: transformação do conhecimento em ativo intangível, conversão do prestígio acadêmico em valor de troca, e reorganização do trabalho docente em torno de métricas de impacto. Nesse cenário, o bem público é corroído de dentro para fora. O que antes era definido por seu valor social — a produção de conhecimento autônomo, a formação crítica, o compromisso com a cultura nacional — passa a ser reconfigurado por critérios de rentabilidade simbólica, projetando a universidade para um mercado global de reputações e indicadores.

Essa mutação funcional não se dá de forma abrupta, mas como reconfiguração progressiva das formas de gestão universitária, dos parâmetros de excelência e das lógicas de financiamento. Os editais públicos, as agências de fomento e os sistemas de avaliação passaram a privilegiar critérios de produtividade quantificável, internacionalização instrumental e vinculação com o setor privado. A Capes, o CNPq e mesmo as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa passaram a adotar modelos de avaliação que desconsideram as especificidades locais, as condições de trabalho e a diversidade epistemológica das áreas do conhecimento. O resultado é um processo de homogeneização forçada, que privilegia temas rentáveis, formatos exportáveis e trajetórias ajustadas à lógica da excelência medida por pontuação. O conhecimento deixa de ser pensado como bem público e passa a funcionar como ativo reputacional.

A financeirização não é apenas um modelo de financiamento: é uma racionalidade que reconfigura a universidade em sua totalidade. As universidades públicas passam a organizar seus planos de desenvolvimento institucional, suas políticas de pós-graduação e seus critérios de progressão funcional com base em metas, rankings, índices de impacto e promessas de retorno simbólico. Essa racionalidade

opera por antecipação: valoriza o potencial de rendimento reputacional futuro e penaliza tudo aquilo que não gera prestígio imediato. Áreas críticas, humanidades, conhecimentos enraizados nos territórios e projetos de longa duração são tratados como ineficientes. Essa reorganização epistêmica coincide com a precarização do trabalho intelectual e com a despolitização dos debates sobre a função pública da universidade.

Esse processo não pode ser compreendido fora da lógica do capital fictício, tal como analisado por Leda Paulani (2008, 2016) e Eleutério Prado (2011). A valorização não se dá mais pela produção direta, mas pela promessa de valor futuro: um artigo bem posicionado no ranking substitui o impacto social de uma pesquisa; uma parceria internacional garante prestígio mesmo que desconectada das realidades locais; uma patente vale mais do que uma tese crítica. A universidade se torna, assim, uma operadora simbólica do capital: converte conhecimento em prestígio, prestígio em financiamento, financiamento em mais prestígio. O ciclo é retroalimentado por um sistema de avaliação que premia a obediência e penaliza a dissidência. A financeirização, nesse sentido, não apenas organiza a escassez: ela disciplina subjetividades e redefine o que conta como conhecimento.

O esvaziamento da universidade como bem público, portanto, não se expressa apenas na sua fragilidade orçamentária ou no sucateamento da infraestrutura. Ele se manifesta, sobretudo, na captura de seu horizonte simbólico. A promessa de universalidade, de compromisso com a formação crítica e com o desenvolvimento social, vai sendo substituída por narrativas de excelência, competitividade e eficiência. A linguagem empresarial, os instrumentos de gestão privada e os imperativos da produtividade se naturalizam nos corredores acadêmicos. Reitores tornam-se gestores, professores tornam-se empreendedores de si, alunos tornam-se clientes ou investidores de tempo e dinheiro em seus “futuros profissionais”. A universidade perde seu caráter público não porque deixa de ser gratuita, mas porque deixa de ser espaço de elaboração coletiva de um projeto de sociedade.

Esse processo produz efeitos devastadores no trabalho docente. A intensificação das jornadas, a multiplicação de tarefas, a pressão por resultados, a vigilância permanente e a lógica do ranqueamento não apenas sobrecarregam os corpos, mas corroem o sentido do trabalho intelectual. A universidade se torna lugar de adoecimento, de autoexploração e de autoacusação. Professores e professoras são levados a internalizar a lógica do fracasso como falha individual, quando na verdade vivem as contradições de um sistema que exige excelência sob condições de escassez. A produtividade se torna obrigação moral; o cansaço, sinal de comprometimento; a exaustão, sinônimo de mérito.

É nesse ponto que a articulação entre TMD e Crítica da Razão Dualista revela sua força analítica. A financeirização do ensino superior deve ser lida não como desvio neoliberal, mas como nova forma da dependência. O Estado periférico, como já diagnosticado por Marini, continua operando como mediador das exigências do capital internacional, agora reconfigurado como capital reputacional. A razão dualista,

por sua vez, reorganiza-se sob a forma da governança: combina arcaísmos administrativos com instrumentos de controle digital, precariedade material com discursos de inovação, escassez com exigência de resultados. A universidade pública, nessa lógica, já não pertence a si mesma: tornou-se dispositivo de valorização simbólica subordinada ao centro.

A crítica total é, assim, uma crítica com e por inteiro. Ela compreende que a precarização do trabalho docente não decorre do acaso, mas constitui parte estrutural do sistema; que o produtivismo acadêmico não expressa excelência, e sim um modo de aprofundar a exploração, convertendo o conhecimento em mercadoria e o pensamento em desempenho mensurável; que a internacionalização universitária não é somente abertura, mas adesão subordinada aos mercados de prestígio. É crítica que olha para o professor exausto e vê ali um trabalhador espoliado; que escuta a estudante endividada e reconhece ali a superexploração intelectual sob o regime do capital fictício. É crítica que nomeia com precisão o que a retórica institucional tenta velar.

Ao unir a TMD e a Crítica da Razão Dualista, forja-se um campo analítico capaz de mostrar que a universidade não apenas reflete a lógica da dependência: ela a encarna, a difunde, a racionaliza. Por isso, não basta reformar a universidade. É necessário insurgir-se contra ela, pois ao repeti-la alimenta-se o próprio capital. É urgente reinventá-la nos lugares em que o comum ainda respira, onde o conhecimento não se curva ao cálculo nem o desejo de compreender se rende à contabilidade das métricas. A crítica total não nasce do desalento, mas de um gesto de ternura radical, consciente de que o que se disputa não é o destino de uma instituição, e sim a própria ideia de humanidade. A universidade do ornitorrinco talvez ainda aprenda a mover-se contra o fluxo, a recusar o adestramento intelectual que a domestica. Para isso, requer-se uma coragem teórica capaz de interrogar o tempo, uma escuta atenta das ruínas e um compromisso firme com aqueles que, mesmo relegados às bordas, continuam acreditando na força transformadora do sonho.

APROXIMAÇÕES DE UMA CRÍTICA TOTAL

A articulação entre a Teoria Marxista da Dependência e a Crítica da Razão Dualista não propõe um mero diálogo entre tradições teóricas distintas, mas uma convocação radical a uma crítica total da universidade em países de capitalismo dependente. Essa crítica total não é síntese apressada nem sobreposição artificial de categorias. É, ao contrário, a construção rigorosa de uma compreensão abrangente que recusa separar o econômico do institucional, o simbólico do material, a forma da substância. Total porque denuncia que a superexploração não se dá apenas no chão da fábrica, mas também nas bibliotecas e salas de aula; total porque mostra que a racionalidade tecnocrática não é neutra, mas instrumento de organização da desigualdade.

A financeirização da universidade pública brasileira não se limita a transformações institucionais ou a reconfigurações orçamentárias: ela incide diretamente sobre o trabalho docente e sobre os modos de subjetivação que organizam a vida universitária. O professor pesquisador — figura antes associada ao tempo longo da reflexão, à autonomia intelectual e à dedicação integral à formação de sujeitos — é hoje convertido em gestor de si mesmo, agente de resultados, empreendedor de reputação. Essa mutação não é neutra nem espontânea: ela é produto direto da racionalidade dualista e da lógica de superexploração que estruturam o capitalismo dependente, agora sob a hegemonia do capital fictício. O trabalho docente torna-se, ao mesmo tempo, invisível em sua complexidade e mensurável em sua produtividade, atravessado por dispositivos de controle simbólico que naturalizam a precariedade como compromisso, e o adoecimento como responsabilidade individual.

A intensificação do trabalho universitário ocorre por três vias simultâneas: o aumento das exigências formais (publicações, orientações, relatórios, internacionalizações), a fragmentação dos tempos e espaços de trabalho (ensino remoto, reuniões intermináveis, disponibilidade plena), e a dissolução das fronteiras entre vida profissional e vida pessoal. O docente passa a trabalhar de forma contínua, em regime de presença difusa e controle permanente, gerenciando prazos, editais e indicadores como se sua subjetividade fosse uma planilha. Esse gerenciamento não é mera adaptação a novas ferramentas: é forma de captura da existência, que transforma o pensamento em tarefa e o vínculo pedagógico em produtividade.

Essa reconfiguração do trabalho é acompanhada por uma gestão emocional silenciosa e brutal. O sentimento de insuficiência, a ansiedade por resultados, a culpa pelo não cumprimento de metas e a sensação de isolamento tornam-se constituintes da experiência universitária. O professor não apenas trabalha mais: ele se sente responsável por não dar conta. A universidade, ao se tornar um espaço de excelência performática, instala uma cultura da comparação permanente, em que cada currículo lattes funciona como dispositivo de vigilância subjetiva. A avaliação por pares, as métricas de impacto, os rankings institucionais e os relatórios anuais tornam-se formas sofisticadas de controle simbólico, que internalizam a lógica da competição e dissolvem a solidariedade entre colegas.

A precarização, nesse contexto, não se restringe aos vínculos contratuais, embora estes também revelem a brutalidade do modelo. Contratos temporários, falta de concursos, carga horária extenuante, ausência de estrutura básica, múltiplas funções administrativas acumuladas por poucos docentes: tudo isso compõe o cenário cotidiano de milhares de professores nas universidades públicas. Mas há algo mais perverso — e mais difícil de nomear. A precariedade se internaliza. O docente precarizado não é apenas aquele que trabalha sem estabilidade ou sob condições indignas, mas também aquele que, mesmo efetivo, se vê atravessado pela lógica da escassez, da urgência e da atomização. Ele já não sabe se o que faz tem sentido — e continua fazendo, por medo, por lealdade, por inércia, por amor.

É nesse ponto que a Crítica da Razão Dualista oferece uma chave poderosa. A racionalidade que organiza essa forma universitária não é apenas burocrática: é ideológica. Ela transforma a desigualdade em critério técnico, converte a exaustão em compromisso e legitima a destruição subjetiva como preço da excelência. O professor não é apenas cobrado: ele é convocado a desejar ser mais produtivo, a se sentir orgulhoso da própria sobrecarga, a tratar o cuidado consigo mesmo como desvio. A razão dualista opera no coração do sujeito, como ética da superação permanente, como moral do sacrifício silencioso. E por isso é tão difícil resistir: porque a violência está revestida de reconhecimento, de progressão funcional, de prestígio acadêmico.

A Teoria Marxista da Dependência, por sua vez, ajuda a compreender esse cenário como desdobramento lógico da superexploração. No capitalismo dependente, o trabalho docente não é exceção: é campo privilegiado da extração de valor simbólico sob condições de escassez estrutural. O conhecimento, enquanto força produtiva, é submetido à lógica da valorização sem que os sujeitos que o produzem tenham seus direitos reconhecidos. Há, aqui, uma transferência de valor reputacional das periferias para os centros, uma apropriação das capacidades cognitivas por meio de redes de financiamento, editais internacionais, parcerias desiguais e publicação em periódicos que operam como filtros coloniais. O docente da periferia, mesmo quando produtivo, não é legitimado como produtor autônomo de conhecimento: ele é integrado subordinadamente ao circuito global da ciência, como executor, como colaborador, como mão de obra intelectual.

Esse quadro produz, em sua base, um sujeito dividido. De um lado, o professor que resiste, que defende o público, que constrói vínculos e promove a crítica. De outro, o professor que se submete, que interioriza a lógica dos indicadores, que aceita o produtivismo como inevitável. Na maioria dos casos, essas duas figuras coexistem no mesmo corpo, na mesma trajetória, no mesmo cotidiano. O trabalho docente, nesse contexto, torna-se uma experiência de dissociação: ama-se o que se faz, mas odeia-se a forma como se é obrigado a fazer. É por isso que a crítica precisa alcançar não apenas as estruturas, mas também as formas de subjetivação. Só haverá universidade pública viva se houver trabalho docente digno. E só haverá trabalho docente digno se rompermos com a lógica da produtividade autofágica que hoje define o que é — e o que não é — ser professor.

A universidade herdeira do ornitorrinco talvez ainda descubra que nadar contra o fluxo é mais do que um ato de resistência, é um modo de lembrar o que fomos e o que ainda podemos ser. Tal travessia exige ousadia intelectual, sensibilidade para ouvir o tempo e fidelidade àqueles que, mesmo entre ruínas, continuam a imaginar o porvir como quem acende pequenas brasas no escuro. Pensar inteiramente, sem concessões e sem medo, é o único modo de não renunciar ao sonho que nos sustenta e dá sentido à própria ideia de universidade.

A universidade pública brasileira, mesmo submetida a processos intensos de financeirização, precarização e captura simbólica, segue sendo também um espaço de resistência, conflito e invenção. Esse paradoxo não deve ser interpretado como ambiguidade acidental, mas como traço constitutivo de uma instituição moldada historicamente pelas tensões do capitalismo dependente. A universidade não é, por isso, um território neutro ou simplesmente colonizado. Ela é, ao mesmo tempo, aparelho de Estado e lugar de produção de dissenso; mediadora da lógica da acumulação e abrigo de insurgências cotidianas; administradora da desigualdade e fonte de crítica radical à desigualdade mesma. Sua função histórica é contraditória — e é a partir dessa contradição que se pode elaborar uma crítica desde dentro, sem ceder ao niilismo nem às ilusões reformistas.

A resistência universitária tem assumido diferentes formas ao longo das últimas décadas. Greves docentes e estudantis, ocupações, denúncias públicas, cartas abertas, frentes parlamentares em defesa da educação, movimentos de extensão crítica, práticas pedagógicas emancipatórias, grupos de pesquisa insurgentes, revistas científicas autônomas, espaços de cuidado e escuta: tudo isso compõe o tecido frágil, mas persistente, de um campo de disputa real. No entanto, é preciso reconhecer que essa resistência tem sido progressivamente confinada, fragmentada e recodificada pelas novas formas de governança institucional. A universidade, ao incorporar a lógica da performance, tende a absorver os gestos críticos, neutralizando-os por meio da valorização simbólica, da captação para editais específicos ou da sobreposição de agendas. A resistência institucional, nesse contexto, corre o risco de ser estetizada, burocratizada ou despolitizada.

É nesse ponto que se impõe uma distinção fundamental: a crítica desde dentro só pode ser efetiva se recusar os limites impostos pela própria institucionalidade capturada. Não se trata de negar a importância das lutas por orçamento, direitos trabalhistas e permanência estudantil — todas elas urgentes e necessárias —, mas de reconhecer que elas precisam ser articuladas a uma crítica mais profunda, capaz de desnaturalizar a própria forma universitária dominante. O risco da resistência institucional é tornar-se contábil: luta-se para manter o que já é insustentável, para defender estruturas que reproduzem desigualdades, para preservar espaços que perderam seu horizonte de emancipação. A crítica desde dentro exige mais: exige a coragem de dizer que, em muitos casos, o que existe precisa ser superado — não apenas financiado.

A universidade brasileira, enquanto mediação institucional da dependência, reproduz sua função subordinada ao valor sob a aparência da neutralidade. Isso significa que resistir dentro dela implica desafiar a gramática da excelência, da produtividade, da inovação despolitizada. Significa romper com o fetichismo das avaliações, com a moralização do trabalho docente, com a aceitação passiva dos indicadores como medida da verdade. Exige, portanto, um trabalho contínuo de desobediência

epistemológica, de construção coletiva de saberes enraizados nos territórios, de valorização das vozes historicamente silenciadas, de defesa intransigente do tempo do pensamento contra a urgência da entrega.

Nesse sentido, a articulação entre a TMD e a Crítica da Razão Dualista oferece instrumentos potentes para formular uma crítica desde dentro. A TMD lembra que não há neutralidade no conhecimento produzido em contextos de subalternidade estrutural: todo conhecimento carrega as marcas da posição em que é gerado, e as universidades periféricas — mesmo as mais prestigiadas — operam sob a lógica da subordinação global. A Crítica da Razão Dualista, por sua vez, mostra que essa subordinação não é apenas estrutural, mas simbólica: ela se infiltra nas formas de pensar, de ensinar, de avaliar, de se relacionar. A razão dualista está viva nas normativas, nos conselhos universitários, nos planos de desenvolvimento institucional e, sobretudo, nos silêncios que organizam o que pode e o que não pode ser dito.

Superar os limites da resistência institucional exige, então, refundar a universidade como espaço de produção do comum. Isso não significa idealizar uma nova instituição pura, mas construir, nos interstícios da velha, formas de convivência, de pesquisa e de ensino que recusem a lógica da escassez planejada. Grupos de estudo sem financiamento, extensões críticas sem visibilidade, orientações que escutam sem pontuar, seminários autogestionados, práticas pedagógicas que não cabem no SIGA: esses espaços, por menores que sejam, constituem brechas na razão dualista. E é por essas brechas que se insinua o possível. A crítica desde dentro é, assim, a prática obstinada de quem sabe que não basta resistir: é preciso reimaginar.

Mais do que nunca, é necessário reafirmar que a universidade pública não pode ser reduzida a sua função atual. Ela precisa ser disputada em seu sentido. A defesa da universidade não é apenas a defesa de sua existência institucional, mas da possibilidade de que ela ainda possa ser algo diferente daquilo que o capital deseja dela. A universidade precisa voltar a ser lugar de formação para a liberdade — não para o ajuste. E isso só será possível se tivermos a coragem de criticar, por dentro, tudo aquilo que nos impede de pensar juntos. Porque, no fim, é isso que está em jogo: a possibilidade de um pensamento que não sirva à dominação, mas à vida.

CONCLUSÃO

A crise da universidade pública brasileira, compreendida à luz da Teoria Marxista da Dependência e da Crítica da Razão Dualista, revela-se não como um desvio temporário ou uma inflexão de conjuntura, mas como expressão estrutural da lógica contraditória que atravessa a modernização capitalista nos países periféricos. A universidade, em seu percurso histórico, nunca foi um espaço homogêneo de emancipação ou de dominação plena, mas sempre uma forma social ambígua, atravessada por múltiplas temporalidades e racionalidades. Superar a cisão crítica que fragmenta a compreensão da universidade entre uma nostalgia

do passado e uma tecnocracia do presente exige reconhecer a instituição como síntese dialética da dependência: lugar em que se condensam, em tensão, a reprodução da desigualdade e a invenção da crítica.

A universidade pública brasileira, tal como foi moldada a partir do século XX, não é uma anomalia. Ela responde organicamente às formas de acumulação dependente, inserindo-se na lógica periférica como espaço de produção de conhecimento subordinado, de formação funcional e de racionalização institucional da desigualdade. Em outras palavras, a universidade não é capturada pelo capitalismo dependente: ela é produzida por ele. O que há de específico na racionalidade universitária é que ela opera com o imaginário da autonomia, da excelência e da neutralidade, mesmo quando é instrumentalizada por dispositivos de valorização do capital, de hierarquização epistêmica e de expropriação do trabalho docente.

A Teoria Marxista da Dependência, ao introduzir a categoria de superexploração da força de trabalho como fundamento da acumulação periférica, abre caminho para compreender como o trabalho intelectual, mesmo quando revestido de prestígio simbólico, está submetido à lógica da desvalorização estrutural. A universidade pública, nesse contexto, funciona como espaço de aplicação dessa lógica. Os docentes, pesquisadores e estudantes vivem sob o peso da superexploração subjetiva, intelectual e institucional: são convocados a produzir mais com menos, a competir entre si por migalhas de financiamento, a internalizar o fracasso como culpa pessoal. A superexploração, aqui, é também moral e afetiva. Produz-se exaustão com aparência de excelência.

Por sua vez, a Crítica da Razão Dualista permite compreender que essa estrutura desigual não opera de forma transparente. Ao contrário: a universidade reproduz a desigualdade através de uma racionalidade perversa que legitima a dualidade institucional como se fosse meritocracia, naturaliza o apartheid acadêmico como excelência e transforma o abismo entre instituições em estratégia de gestão. O pensamento dualista estrutura a universidade brasileira desde sua gênese — entre faculdades de elite e cursos noturnos para pobres, entre centros de pesquisa e campi improvisados, entre cursos altamente financiados e departamentos em ruínas. A universidade é dual porque o país é dual, mas a crítica exige mais: exige recusar essa dualidade como destino.

Superar a cisão crítica exige, portanto, abandonar duas ilusões complementares. A primeira é a idealização da universidade como instituição pura, bastião de saberes libertos do capital. A segunda é o niilismo que a considera irremediavelmente perdida, reduto esvaziado da tecnocracia neoliberal. Ambas as posições recusam o trabalho da contradição. A primeira silencia a captura; a segunda nega a resistência. Ambas desmobilizam. A aposta crítica que este ensaio propõe é outra: reconhecer que a universidade, mesmo produzida sob as formas da dependência e da dualidade, abriga tensões vivas que podem ser ativadas em direção a outro projeto.

Essa aposta não é voluntarista. Ela se ancora na análise concreta das mediações estruturais. A universidade, ainda que funcional ao capital, conserva espaços de relativa autonomia, campos de disputa simbólica e redes de solidariedade capazes de produzir ruptura. Não se trata de ignorar a captura institucional, mas de identificar suas frestas. O trabalho docente, mesmo precarizado, ainda carrega potências formativas. A pesquisa, mesmo financiada por lógicas de mercado, ainda pode produzir saberes insubmissos. O ensino, mesmo disciplinado pelas plataformas e pelos relatórios, ainda pode abrir espaço para o pensamento crítico. Essas potências não são garantidas: são conquistadas. E por isso exigem uma crítica total, que não se limite à denúncia, mas se abra à construção.

A síntese dialética da dependência não é uma forma acabada, mas uma tarefa crítica. Ela exige rearticular categorias, desmontar hierarquias, reconstituir o sentido do comum no interior de uma instituição esvaziada. A universidade precisa ser pensada como campo de disputa — não como monumento a ser defendido nem como ruína a ser esquecida. A disputa pelo seu sentido passa pela recusa do produtivismo, pela denúncia da financeirização, pela desnaturalização das métricas, pela reconstrução de vínculos entre pesquisa, ensino e sociedade. Mas, sobretudo, passa pela reinvenção da práxis docente e pela insubordinação dos conhecimentos. É nesse ponto que a crítica se transforma em horizonte.

A tarefa de superar a cisão crítica — entre passado idealizado e presente fragmentado — demanda uma reconstrução teórica e política que tenha coragem de nomear os impasses da universidade brasileira. Não basta defendê-la em abstrato: é preciso perguntar que universidade queremos, para quem ela serve, quem a financia, quem a governa, quem a silencia. E isso só será possível se, ao lado da luta por orçamento, infraestrutura e valorização profissional, houver também a luta pelo sentido. A universidade precisa voltar a ser espaço de pensamento, de desacordo, de invenção coletiva — e não de gerenciamento de resultados.

A TMD e a Crítica da Razão Dualista, articuladas como matrizes analíticas, oferecem os fundamentos para essa reconstrução. Juntas, elas desvelam as formas da dominação e indicam os caminhos da superação. A dependência e a dualidade não são diagnósticos parciais: são a gramática mesma da universidade periférica. E só reconhecendo isso é possível começar a construir outra linguagem.

Se a crítica total desvela o modo como a universidade pública foi historicamente moldada pela lógica da dependência e pela racionalidade dualista, a tarefa seguinte não é a resignação, mas a reinvenção. A reconstrução da universidade como espaço do comum exige deslocar o foco da denúncia abstrata para as práticas concretas de resistência, solidariedade e criação intelectual que persistem mesmo sob captura. Em meio à financeirização, à precarização e ao esvaziamento simbólico, pulsa ainda o gesto cotidiano de

quem ensina, pesquisa, organiza, escuta e cuida. É nesse gesto, muitas vezes invisível, que se abrem as brechas para um outro horizonte.

A universidade comum não é o retorno nostálgico a uma ideia perdida, mas a construção lenta e insurgente de uma instituição enraizada nos saberes populares, nos territórios excluídos e nas lutas por dignidade. Para tanto, é preciso recusar a dicotomia entre autonomia institucional e integração produtiva, abrindo caminho para uma nova lógica de valorização: aquela que reconhece o tempo do pensamento, o valor do silêncio, a importância do dissenso e a centralidade do vínculo. Reinventar a universidade significa desobedecer às métricas do capital, subverter o produtivismo e afirmar que pensar — com outros, para outros, entre outros — ainda importa.

Essa reinvenção não se fará por cima, nem virá dos editais ou dos rankings. Ela emerge de baixo, nos interstícios, nos coletivos, nos vínculos tecidos entre docentes e estudantes que recusam a lógica do cansaço e insistem na dignidade do pensamento. A universidade comum será, se for, obra de quem não desistiu.

REFERÊNCIAS

- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972].
- OSORIO, Jaime. *El Estado en el centro de la mundialización*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 3 (144), pp. 514-535, julho-setembro/2016.
- PRADO, E. *Capitalismo no século XXI: ocaso por meio de eventos catastróficos*. São Paulo: Cefa Editorial, 2023.
- SADER, Emir. *A nova toupeira*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.
- VERAZA, Jorge. *Subsunción real del consumo al capital*. México: Siglo XXI, 2008.

Submetido: 04/09/2025

Preprint: 01/09/2025

Aprovado: 13/11/2025

Editor) de seção: Suzana dos Santos Gomes

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

Autor 2 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.